

O VALOR DA CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA EM PROFESSORES

Luiz Gonzaga Lapa Junior ¹
Patrícia Unger Raphael Bataglia ²

INTRODUÇÃO

A indisciplina, a violência e os conflitos interpessoais são alguns dos problemas pedagógicos e sociais que comprometem uma educação de qualidade.

Compreender esses fenômenos exige dos agentes escolares uma nova postura, democrática e dialógica, principalmente, nos docentes. Uma nova atitude democrática permitirá refletir nos estudantes mudanças como parceiros na busca de uma sociedade mais justa, solidária, feliz, que se pretende democrática, tornando o processo de ensino-aprendizagem prazeroso.

No atual contexto escolar encontramos sujeitos marcados pelo meio político-social-cultural em que estão inseridos e, por vezes, essas significativas diferenças constituem um ambiente hostil, dificultando a relação de uns com os outros. A escola, concebida como um espaço de socialização demonstra indícios que esteja desaprendendo a socializar (LIMACHI; NASS; ZUCOLOTTI, 2019), tornando-se um espaço conflitante (AQUINO, 1998).

Não raro, os docentes consideram que o clima adverso na escola é promovido por muitos estudantes que “não respeitam mais as autoridades; são mais individualistas; desinteressam-se pelos conteúdos; [...] apresentam resistências às regras e demonstram incapacidade de lidar com as frustrações da espera e do adiamento” (VINHA; NUNES; MORO, 2019, p. 129). Nesse olhar há empecilhos para uma convivência amistosa. A possibilidade de uma convivência democrática na escola implica em “construir experiências democráticas” (MARCON, 2015, p. 391) entre sujeitos diferentes, com idéias diversas que, por vezes, podem gerar conflitos (LIMACHI; NASS; ZUCOLOTTI, 2019), incluído, inicialmente, por docentes. Na escola, é necessário educar para democracia e somente então estabelecer uma convivência democrática.

Marques, Tavares e Menin (2019) citam que, em situações de conflito ou tomada de decisão coletiva em que há diferenças de opiniões, é preciso apoiar soluções com base no diálogo, participação cooperativa e democrática, rejeitando soluções de forma autoritárias ou

¹ Doutor em Educação da Universidade de Brasília - DF, lapalipe@gmail.com;

² Professora Orientadora: Doutora em Psicologia Social da Universidade Estadual Paulista - SP, patriciaurbataglia@gmail.com;

individualistas. A convivência democrática inclui “a participação ativa das pessoas, por meio da troca dialógica, nas escolhas e decisões que têm implicações em sua vida social e coletiva, assim como na discussão e elaboração de regras, normas e leis que a regem” (MARQUES; TAVARES; MENIN, 2019, p. 87).

Do exposto, esta pesquisa investigou o valor convivência democrática em professores considerando as contribuições de Piaget (1994 [1932]) e de Kohlberg (1992), durante o período pandêmico de 2021. O valor convivência democrática é demonstrado como um valor sociomoral e estudado por diversos autores como Tavares *et al.* (2016); Vinha *et al.* (2019); Vinha, Nunes e Moro (2019); entre outros.

Vale destacar que o sujeito como agente do processo moral, em Piaget (1994 [1993]) e Kohlberg (1992), tem foco no julgamento moral desse sujeito, creditando ser certo ou errado, e não o sentimento de culpa (SILVA, 2017). Kohlberg utilizou dilemas morais para investigar os níveis de raciocínio moral. Esses níveis são de raciocínio de justiça e não de emoções ou ações (BATAGLIA; MORAIS; LEPRE, 2010). O autor descreveu três níveis de julgamento que correspondem: uma “perspectiva individualista ou egocentrada; outra centrada nas normas familiares e sociais e; finalmente, a uma perspectiva mais avançada, baseada em contratos e procedimentos justos e princípios universalizantes” (TAVARES; MENIN, 2015, p. 12). Esses três níveis de julgamento são foco da presente pesquisa que segue o entendimento que “valores morais são, portanto, os investimentos afetivos que colocamos em regras, princípios, sentimentos, ou ações consideradas, na maioria das culturas, boas ou justas, nos guiando para os chamados bons costumes” (TAVARES; MENIN, 2015, p. 9).

O VALOR CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

Segundo Vinha, Nunes e Moro (2019, p. 140), a convivência democrática inclui “a participação ativa das pessoas, por meio da troca dialógica, nas escolhas e decisões que têm implicações na vida social e coletiva, assim como na discussão e elaboração de regras, normas e leis que as regulem”. Dessa forma, a convivência democrática implica que as pessoas falem claramente o que pensam e, simultaneamente, submetam suas ideias e propostas ao juízo de outros (TARDELI, 2014, p. 12).

Para Tardeli (2014, p. 14), por meio da convivência democrática é possível intervir e transformar a comunidade da qual se faz parte, fazendo valer o princípio da dignidade. Nesse sentido, a convivência democrática fortalece a busca do bem coletivo e público, entendido como aquele que é de uso de todos, aberto a qualquer pessoa.

Ao valorizar a convivência democrática, destaca-se a qualidade das relações. Entre os diversos locais que atentam para práticas de convivência democrática a escola pode ser o local ideal de vivências democráticas por meio do diálogo e deliberações coletivas, considerando o outro e suas diferentes opiniões.

Como as relações são fundamentais para o desenvolvimento individual e coletivo em uma sociedade, deseja-se, hoje e sempre, concretizar a prática de convivência democrática que, entendida como o uso do diálogo, é incomum e pouco experimentada, dentro e fora da escola, nas práticas de resolução de problemas coletivos.

Tardeli (2014, p. 16) nos faz refletir que ensinar a viver é ensinar a ser responsável, a sentir-se corresponsável por todos. Formar em valores é formar para atender ao outro, sem esperar nada em troca, exceto a satisfação de agir como se deve, ou seja, é preparar para a convivência democrática.

METODOLOGIA

A presente pesquisa utilizou o método quantitativo de investigação com a aplicação da Escala de Valores Sociomorais (TAVARES *et al.*, 2016), por meio do Google Forms, durante os meses de junho a agosto de 2021. Participaram 210 professores do ensino fundamental e médio da rede pública municipal de educação dos Estados da Bahia e Ceará.

Ao responder o instrumento os participantes foram classificados em níveis de adesão aos valores justiça, respeito, solidariedade e convivência democrática. As questões, na forma de pequenas histórias com situações-problema, baseando-se em cenas do cotidiano das pessoas (professores), indagavam sobre o que se deveria fazer, seguidas de cinco alternativas de resposta que indicavam valores (três favoráveis) ou contravalores (duas contrárias).

Desse modo, dentre as cinco alternativas para cada questão no questionário, três afirmavam o valor focado na história “em perspectivas sociomorais de níveis crescentes de descentração (P1 egocêntrica, P2 sociocêntrica e P3 moral) e duas alternativas afirmavam um contravalor, o fazendo, também, num nível egocêntrico (C1) ou sociocêntrico (C2)” (TAVARES *et al.*, 2016, p. 193). O questionário aplicado aos professores foi composto por cinco histórias para cada valor.

Nesse estudo, apresentamos resultados do valor convivência democrática.

A análise de dados foi realizada pelo software *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS, versão 23. Foram utilizadas as técnicas estatísticas de média e correlação com índice de Pearson (r).

A pesquisa se ajusta a Resolução nº 510/2016/CNS, artigo 1º Parágrafo único: “não serão registradas nem avaliadas pelo Sistema CEP/CONEP”, inciso: VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito. Mantido o anonimato dos participantes, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi enviado aos professores com aceitação da equipe gestora de cada escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos participantes obtivemos média de idade de 36,99 anos e desvio padrão de 9,13, com 73,3% (N=154) do gênero feminino, 64,3% (N=135) são casados, 75,7% (N=159) católicos, 50,5% (N=106) possuem pós-graduação *lato sensu*, 45,7% (N=96) tem formação em Pedagogia e 82,3% (N=173) são docentes da educação infantil ao fundamental.

O valor convivência democrática foi submetido a cinco histórias apresentando altos índices percentuais no pró-valor de perspectiva moral (P3). A perspectiva moral ou para além da sociedade indica que o sujeito (professor) “adere ao valor reconhecendo que ele pode ser necessário para qualquer pessoa, em função do princípio maior de dignidade do ser humano como meio e fim de qualquer princípio moral” (VINHA *et al.*, 2019).

Para esclarecer, os percentuais na adesão ao valor de perspectiva moral (P3) em cada história foram: 70,0% na primeira história, 81,9% na segunda, 43,8% na terceira e quarta, e 67,6% na quinta. Os professores escolheram as alternativas com soluções no diálogo e ações que beneficiem o coletivo para o bem comum, reconhecendo que esse valor pode ser necessário para qualquer pessoa (VINHA *et al.*, 2019).

Segue exemplo da primeira história do valor de convivência democrática com suas alternativas e respectivos percentuais:

‘Haverá uma festa na escola. Sempre há um grupo de alunos que não faz nada e só comparece para aproveitar a diversão. Para organizar a festa, o professor Jurandir propõe que’

- (a) fique tudo como sempre foi para que não haja briga.
- (b) só participa da festa quem ajudar.
- (c) fique tudo como foi, pois não há regra na escola para organizar festas.
- (d) o diretor mande uma carta de convocação para todos os alunos.
- (e) todos os alunos combinem o que cada um fará na festa.

As alternativas (a) e (c) obtiveram, respectivamente, 1,9% e 1,0% de adesão. Esses itens indicam contravalores nos níveis egocêntrico (C1) (a) e sociocêntrico (C2) (c) com apoio

às soluções contrárias ao valor de convivência democrática. Nesses níveis, um indivíduo (professor) pode, por vezes, “omitir-se em tomar qualquer atitude para resolver situações de conflito envolvendo o coletivo, sobrepondo o interesse individual ao coletivo ou evitando consequências negativas para si” (TAVARES; MENIN, 2015, p. 44). Em (b), (d), (e) encontramos itens com adesões aos pró-valores, nessa ordem, de perspectiva social egocêntrica (P1, com 6,7%), que usa o valor em função das próprias necessidades e opiniões; de perspectiva social sociocêntrica (P2, com 20,5%), cujo indivíduo atende seus argumentos e motivos aos de outros próximos, às autoridades, regras e convenções sociais; e de perspectiva moral propriamente dita (P3, com 70,0%) que, nesse nível, “uma pessoa busca soluções para uma situação de conflito envolvendo um coletivo por meio do diálogo, priorizando ou favorecendo a participação dos envolvidos e garantindo o bem-estar comum” (TAVARES; MENIN, 2015, p. 45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou identificar o grau de adesão de professores da rede pública municipal de ensino dos Estados da Bahia e Ceará, ao valor sociomoral de convivência democrática.

Os resultados demonstraram que os professores aderiram aos níveis avançados no valor estudado, com porcentagens muito baixas em contravalores. Indica-se que o grupo investigado considera as opiniões dos outros, colocando decisões do coletivo à frente de soluções arbitrárias e autoritárias.

Observamos que valores como convivência democrática estão presentes em projetos político-pedagógicos das escolas na tentativa de promover práticas vinculadas ao diálogo, cooperação, solidariedade e respeito. Dessa forma, há meios e possibilidades de consolidar práticas democráticas em ambientes escolares.

Pelas escolhas dos professores a alta adesão ao valor da convivência democrática aponta para o cuidado com a qualidade das relações. Espera-se que, provavelmente, esses docentes tenham uma nova postura no trato com colegas e discentes no retorno das atividades presenciais, podendo modificar o contexto atual das relações interpessoais e, de fato, constituir a democracia em seus ambientes de trabalho.

Palavras-chave: Valores Sociomorais, Convivência democrática, Professores, Escala de valores sociomorais.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedes**, v. 19, n. 47, p. 7-19, 1998.
- BATAGLIA, P. U. R.; MORAIS, A.; LEPRE, R. M. A teoria de Kohlberg e os instrumentos de avaliação moral no Brasil. **Estudos de Psicologia**, v.15, n. 1, jan./abr., p. 25-32, 2010.
- LEPRE, R. M. A educação moral na escola: revisões e alternativas a partir das contribuições da Psicologia. **Revista Educação**, n. 44, pp. 1-25, 2019.
- LIMACHI, E. K. U.; NASS, I. R.; ZUCOLOTTI, M. P. R. Produção de subjetividades e convivência escolar, **Research, Society And Development**, v. 8, n. 6, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i6.1049>.
- KOHLBERG, L. **Psicología del desarrollo moral**. Bilbao: Biblioteca de Psicología, Desclée de Brouwer, 1992
- PIAGET, J. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1994 [1932].
- REGO, S. Teoria do Desenvolvimento Moral de Jean Piaget e Lawrence Kohlberg. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, pp. 75-102, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413241.0005>
- SILVA, C. C. M. **Relações entre ambiente sociomoral, desempenho escolar e perspectiva social em julgamento moral**: análises em escolas públicas. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.
- TARDELLI, D. D. A. Convivência democrática: o caminho para o estabelecimento de escolas democráticas. **Revista de Educação do Cogeime**, ano 23, n. 45, jul./dez., 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15599/0104-4834/cogeime.v23n45p11-22>
- TAVARES, M. R.; MENIN, M. S. S. (coords). **Avaliando valores em escolares e seus professores**: proposta de construção de uma escala. Textos FCC, São Paulo: Fundação Carlos Chagas/DPE, v. 46, out., p. 1-85, out. 2015.
- TAVARES *et al.* Construção e validação de uma escala de valores sociomorais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n.159, p.186-210, jan./mar., 2016.
- VINHA, T. *et al.* Da escola para a vida em sociedade: o valor da convivência democrática. *In*: TOGNETTA, L. R. P.; MENIN, M. S. S. (orgs). **Valores sociomorais: reflexões para a educação**. 1. ed. Americana, SP: Adonis, v. 4, 2019.
- VINHA, T.; NUNES, C. A. A.; MORO, A. Contemporaneidade e a convivência democrática na escola. **Schème – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, v. 11, n. especial, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1984-1655.2019.v11esp.06.p123>